



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



AS IMPLICAÇÕES DA DELIMITAÇÃO DE RURAL E URBANO PARA AS PRÁTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM CIDADES RURAIS

**NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO; ANA LOUISE DE CARVALHO FIÚZA;
SILVANE GUIMARÃES SILVA GOMES;**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

VIÇOSA - MG - BRASIL

nalmeida@ufv.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

AS IMPLICAÇÕES DA DELIMITAÇÃO DE RURAL E URBANO PARA AS PRÁTICAS DAS INSTITUIÇÕES DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL EM CIDADES RURAIS¹

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Territorial e Ruralidade

1. RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca das representações que sustentam os critérios demarcatórios de cidade e campo utilizados pelas instituições de assistência técnica e extensão rural. Deter-nos-emos, especificamente, em analisar as representações de urbano e rural utilizadas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), e as conseqüências do mesmo para as práticas de capacitação junto ao público por ele selecionado. O que desejamos problematizar na prática do SENAR, mas deixando claro que isto não está restrito à atuação do mesmo, é como seu pressuposto de demarcação espacial do rural e do urbano se baseia em critérios do senso comum, marcados por uma concepção ideologizada hierarquizante da relação campo/cidade, que em nada corresponde à dinamicidade das relações sociais e econômicas do embricamento rururbano.

Defendemos, que a delimitação que o SENAR e outras instituições de assistência técnica e extensão rural utilizam para selecionar o “público rural” para seus cursos e atividades extensionistas impede que muitas pessoas que vivem em uma “cidade rural”² sejam “capacitadas” e possam dinamizar o tecido social local, com iniciativas de geração

¹ Artigo baseado na tese de mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa/MG no Programa de Mestrado em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG.

² Este conceito será desenvolvido ao longo desse trabalho.

de renda e retenção do capital econômico em nível local. Chamamos a atenção neste artigo, também, para a forma como a própria concepção dos conteúdos dos cursos promovidos pelo SENAR acaba por ser afetada por este binarismo socioespacial. Neste sentido, privilegiamos a análise das conseqüências desta concepção binária e antagonista de rural nas diretrizes estabelecidas pelo SENAR para a seleção dos participantes para os seus cursos, lançando como questionamento a suposta adequação dos conteúdos propostos para os cursos, face às necessidades dos habitantes de uma cidade rural. Segundo a nossa perspectiva, a consideração acerca do que o SENAR considera como rural afetaria, inclusive, a noção de trabalho rural, que não pode ser compreendida somente considerando as atividades rurais como correspondendo à atividade agrícola, o que justifica a necessidade de se buscar novas teorias e visões acerca do rural e da ruralidade³.

2. CONCEPÇÕES DE URBANO E RURAL

A análise sobre o estabelecimento de fronteiras demarcadoras dos limites entre o espaço urbano e rural, bem como daqueles que vivem nestes espaços, tem se mostrado muito necessária, sobretudo, quando observamos o plano das políticas públicas federais, estaduais ou municipais. Quando observamos, por exemplo, o plano das políticas públicas que envolvem instituições de instâncias diferenciadas como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e as Prefeituras Municipais, percebemos o quanto a caracterização destes espaços se faz de formas distintas. Para o INCRA, é a função de uma propriedade que a define como rural ou urbana e não a sua localização geográfica. Já para as Prefeituras, a situação geográfica é que se constitui em um referencial demarcatório⁴. Também as políticas de crédito para a reforma agrária e para a agricultura familiar parecem se confundir na caracterização do que é o rural e a terem bastante resistência em aceitar que ele não é mais apenas agrícola.

A definição mais comum que serve de base para a atuação de instituições de assistência técnica e extensão rural está calcada na definição de cidade estabelecida com base na promulgação da Lei do Perímetro Urbano, contida no decreto-lei 311/1938, criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, que definia, à época, como urbano todo povoado que tivesse uma sede municipal, independentemente do número de habitantes desta sede. Segundo esses critérios de classificação, considera-se área urbana, toda área de vila ou de cidade, caracterizada por construções, ruas e com intensa ocupação humana, bem como, as áreas que sofreram modificações decorrentes do desenvolvimento urbano.

³ O termo ruralidade é entendido nesse trabalho, como um modo de vida, novas identidades em construção. De acordo com Carneiro (1998), refere-se a uma revalorização da natureza que, através de processos complexos, revela uma urbanidade contemporânea que re-valoriza a vida no campo e a produção de alimentos saudáveis.

⁴ Para um maior aprofundamento da questão, procurar por: MEJIA, Margarita Rosa Gaviria. *Identidades e representações no espaço na construção de territórios em um assentamento do Incra (Paraty, RJ)*. RJ: CPDA/UFRRJ. 2004

Ou seja, rural é aquele espaço que não se enquadra como urbano, sendo definido em função somente das suas carências, não se levando em conta as suas características peculiares. Contrariamente a esta referência de urbano, a posição defendida por Veiga (2002) é a de que nas “cidades rurais” tal distinção se faz inadequada já que nelas, os habitantes da “rua” e da “roça” são habitantes de um mesmo espaço, a “cidade rural”. (VEIGA, 2002).

O autor propõe que, a partir de critérios como a localização, o tamanho da população e a densidade demográfica, os municípios com menos de 50 mil habitantes e com menos de 80 hab/Km² fossem considerados municípios de pequeno porte. José Eli da Veiga (2002), em “Cidades Imaginárias”, chama a atenção para o fato de que o Brasil é “menos urbano do que se calcula” e que o rural é necessariamente territorial e não setorial. Ainda para esse autor, enquanto esse decreto estiver em vigor, a contagem percentual da população brasileira vai sempre tender a anular o rural, pois quem ditaria as fronteiras do rural e urbano seriam as decisões das Câmaras Municipais, que definem o que é rural e urbano no nosso país.

A proposta de Veiga de reconsideração dos critérios demarcatórios de rural e urbano é inspirada em metodologias da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) – que considera que os países mais avançados utilizam o cruzamento de patamares populacionais com critérios de localização e densidade demográfica para definirem o que é rural e urbano. Assim, os municípios rurais se caracterizariam por possuir até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², pela menor pressão antrópica sobre o meio ambiente e, conseqüentemente, pela menor artificialização do ecossistema. Seguindo estes parâmetros, o autor conclui que 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população são “essencialmente rurais”.

3. NOVOS SIGNIFICADOS PARA O RURAL

A perspectiva dicotômica do rural como imagem do atraso e do urbano como moderno expressa, hoje, um paradigma em franca decadência. Nos debates mais recentes acerca do rural brasileiro, dialogam perspectivas diferentes. Na posição defendida por Graziano da Silva, Del Grossi e Alantejano, o “novo rural brasileiro” é entendido como um *continuum*. Novas funções e novos tipos de ocupações, antes existentes somente no meio urbano, passariam a se fazer presentes no meio rural. Nessa vertente, as transformações que estão ocorrendo no rural seriam originárias da urbanização do campo e a urbanização do campo seria uma questão de tempo. Ou seja, a dicotomia entre o rural e o urbano não seria mais evidente.

Já autoras como Maria de Nazareth Wanderley e Maria José Carneiro, dentre outros, defendem que as transformações ocorridas no campo não deveriam ser vistas, necessariamente, como levando à urbanização do campo, ou seja, tais manifestações socioeconômicas, não representariam o fim do rural, mas uma resemantização do mesmo. Para essas autoras a revalorização das representações sociais do rural e do urbano, apontaria para características socioeconômicas e culturais que singularizariam esses espaços.

Há, ainda, uma outra vertente de pesquisadores, cujos expoentes são José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider, que vem construindo este debate sobre o

rural a partir de uma perspectiva territorial⁵. Estes autores parecem referendar as idéias de Nazaré e Carneiro, ao afirmarem que as novas dinâmicas que vem transformando o rural brasileiro podem levá-lo ao desenvolvimento, sem, contudo, torná-lo não-rural, ou seja, a viabilidade econômica do espaço rural estaria na sua herança cultural e natural. O enfoque territorial do rural pensa o desenvolvimento para além dos centros urbanos, bem como, pensa o rural para além da agricultura, buscando entender as dinâmicas territoriais que aí ocorrem para um melhor desempenho das economias rurais.

Um outro aspecto ressaltado por Schneider (1999), em relação a dinâmica da agricultura no espaço rural é que ela tem-se mostrado dependente de outras atividades não-agrícolas, que podem acontecer dentro ou fora das propriedades. A essa forma de organização do trabalho familiar tem-se denominado pluriatividade. A família rural passa a se dedicar ao exercício de um conjunto diversificado de atividades econômicas e produtivas, que não necessariamente vão estar ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra (SCHNEIDER, 1999). Para Mattei (1999, p.10), a maioria das pesquisas realizadas a partir de meados dos anos oitenta, adotou o termo pluriatividade para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento; atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades agrícolas em outros estabelecimentos (prestação de serviços).

Esse mesmo autor vai afirmar, ainda, que o mundo rural deixou de ser um espaço exclusivamente agrícola. Neste espaço, há muito, vêm sendo desenvolvidas outras atividades antes tipicamente urbanas, como é o caso da instalação de indústrias no meio rural. Ele chama a atenção para este conjunto de “novas” atividades que causam fortes impactos sobre o mundo do trabalho no meio rural. O autor afirma que resulta daí o surgimento do agricultor pluriativo, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda familiar e também como forma de gerar ocupação para o conjunto dos membros familiares. (MATTEI, 1999).

Na visão de Carneiro (2002), o termo pluriatividade diz respeito ao reconhecimento da multiplicidade de atividades no meio rural, que geraram uma ressignificação de funções, antes não-reconhecidas, mas que sempre foram desenvolvidas pelos agricultores familiares. Ou seja, trata-se de funções já praticadas anteriormente, mas que não eram vistas como forma de aumentar a renda do produtor. Apesar do investimento na pluriatividade ter como objetivo complementar a renda do produtor, ela representa principalmente a perspectiva de um retorno a um modo de vida que foi perdido no momento em que a agricultura tornou-se uma profissão. Nesse sentido, a pluriatividade, segundo essa autora, pode apresentar dois significados: pode servir como uma estratégia de reprodução social para famílias que não têm condições de sobreviver somente da agricultura, bem como pode expressar mudanças no padrão de exploração agrícola. A pluriatividade surge da necessidade de encontrar novas alternativas de renda e condições sociais.

Dentro dessa perspectiva, a multifuncionalidade, conforme analisa Carneiro (2002) é uma das possibilidades de se encarar o rural como não sendo apenas agrícola, permitindo ressignificar esta atividade. A multifuncionalidade cria novas dinâmicas no espaço rural passando não somente a produção, mas envolvendo também uma nova perspectiva de geração de renda no meio rural. Se antes a perspectiva de geração de renda centrava-se na produção agrícola de uma forma geral, agora a possibilidade de geração de renda coloca-se

⁵ Sobre a retomada do tema rural no Brasil na perspectiva do rural como território, consultar também: BLUME, Roni. Território e Ruralidade: A Desmistificação do fim do Rural. UFRGS – FCE – PGDR Porto Alegre – RS – 2004 (Tese de Mestrado).

na própria ressignificação da agricultura, não mais tão produtiva, mas uma agricultura com múltiplas funções, que possa ser também lazer, turismo, saúde etc.

Nesse sentido, os cursos oferecidos pelo SENAR na Formação Profissional Rural podem “capacitar”, por exemplo, para o trabalho na horta, mas essa atividade pode se tornar também uma atividade de turismo, se o cursista for despertado para a referida multifuncionalidade. No estudo de Blanco (2004), o autor analisa o desenvolvimento do turismo rural em áreas de agricultura familiar enquanto uma das possibilidades de desenvolvimento local e de sustentabilidade concluindo que o estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais podem despertar o interesse de pessoas das grandes cidades, bem como, dos municípios vizinhos, ampliando as possibilidades para o turismo rural e consolidando o modo de vida rural como um atrativo. Neste aspecto, tradições gastronômicas e culturais, por exemplo, são resgatadas e valorizadas.

Estudos como o de Wanderley (2000) chamam a atenção para o que se tem verificado no campo em relação à presença de muitas atividades de caráter não-agrícola, como indústria, entretenimento e turismo, que têm tornado o rural um espaço de “consumo” pelas populações urbanas. Isso significa, também, que a crença no fim do rural, fundamentada na ideologia urbano-industrial não está se concretizando, visto que estamos assistindo a uma revalorização e resignificação do modo de se utilizar o espaço rural. Nesse sentido, também, Saraceno (1996), menciona que a heterogeneidade das áreas rurais tem aumentado e com isso ela tem perdido o seu significado como uma categoria analítica oposta às áreas urbanas.

A partir destas reflexões que evidenciam a dinâmica da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como, o reconhecimento das cidades rurais como combinando atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social, é que pretendemos analisar a coerência das ações implementadas pelo SENAR.

4. O SENAR FACE À NOVA RURALIDADE.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, com sua criação prevista nos moldes do SENAI e SENAC. A instituição está vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e é dirigida por um Conselho Deliberativo, que exerce a direção superior e a normatização das atividades do SENAR, um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de toda a parte financeira e orçamentária, uma Administração Central, com sede em Brasília, e Administrações Regionais em todos os estados brasileiros, funcionando como órgãos de execução das ações de Formação Profissional Rural e Promoção Social, descentralizadas, vinculadas às respectivas Federações da Agricultura.

A administração regional de Minas Gerais, SENAR-MG, é uma entidade privada vinculada à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG). Foi criada no dia 7 de abril de 1993, atuando na realização gratuita de cursos, treinamentos, seminários, palestras e uma série de outros eventos que têm como finalidade “profissionalizar e melhorar a qualidade de vida da população rural” (BRASIL, 2003). De acordo com seus documentos, realiza seus cursos em situações reais de trabalho, ou seja, nas fazendas, empresas agropecuárias e nas Escolas de Ciências Agrárias. Para isso, a entidade conta com um escritório em algumas cidades mineiras e com uma gerência responsável pela administração dos cursos e treinamentos. Para a realização dos cursos e treinamentos, os escritórios regionais contam com facilitadores terceirizados (instrutores), capacitados para aplicar a metodologia da Formação Profissional Rural (FPR) e da

Promoção Social (PS) para conduzirem os processos educativos nos eventos. Conta ainda com a figura do mobilizador, pessoa responsável por detectar as demandas de cursos e treinamento para o município.

Nesse formato, o SENAR tem como objetivo a execução de duas vertentes de trabalho: a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS), para promover a “capacitação” do produtor, do trabalhador rural e de seus familiares. Ambas as vertentes de trabalho têm um caráter educativo não-formal, participativo e sistematizado. Nas suas diretrizes, o SENAR afirma pretender atender as necessidades e os interesses específicos de cada comunidade rural. Portanto, apesar de ser uma instituição privada, o SENAR pretende cumprir uma função pública. (BRASIL,1998). Os recursos da instituição são provenientes da Contribuição Previdenciária Rural (antigo FUNRURAL) e são obtidos através de um percentual aplicado na comercialização do produto rural. Este valor é arrecadado através da Guia de Recolhimento da Previdência (GPS), de acordo com as contribuições dos vários segmentos presentes⁶.

O princípio metodológico enfatizado pelo SENAR se fundamenta na defesa da necessidade de atuação através de um processo de ensino no qual a atividade prática seria de vital importância à aprendizagem. Para isto, na sua ótica, os locais escolhidos para a execução das ações educativas sempre estariam relacionadas a uma situação real de trabalho, onde os treinandos participariam “ativamente” e “assimilariam” com maior rapidez o que lhes é repassado. Segundo o SENAR (1979), a aprendizagem é adquirida a partir daquilo que as pessoas vêem, escutam, discutem e, principalmente, praticam.

Após esta breve explanação dos princípios metodológicos do SENAR, passaremos em seguida à contextualização do SENAR em São Geraldo, MG, município onde foi desenvolvida nossa pesquisa. A decisão de realizar um estudo de caso nos pareceu fundamental por nos permitir ilustrar de forma concreta os problemas por nós apontados, relativos à concepção de rural e urbano utilizada pelas instituições de capacitação e treinamento voltadas para o “público rural”. Essas, seguindo as diretrizes dos critérios normativos legais, para a definição de rural e urbano, segregam idealmente, o que, na realidade, está interligado, ou seja, a dinâmica urbana de uma cidade rural. Dessa forma, despotencializam as possibilidades de dinamizar o desenvolvimento local. A outra razão para a escolha de realizar um estudo de caso em São Geraldo se deu pelo número expressivo de cursistas, cento e treze, que participaram dos treinamentos e cursos de qualificação profissional na área de agroindústria animal e vegetal, oferecidos pelo SENAR neste município, o que nos propiciou uma amostragem significativa de casos a serem analisados.

⁶ O produtor rural pessoa física quando comercializa seu produto para pessoa jurídica ou física deve pagar/recolher 2,3%; sendo 2,1% destinado ao INSS e 0,2% destinado ao SENAR. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,2% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização de produtos rurais. No caso do produtor rural pessoa jurídica, a contribuição do produtor rural pessoa jurídica é de 2,85% sobre a comercialização da produção rural. O recolhimento é feito pelo próprio produtor rural, através da Guia da Previdência Social. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,25% sobre o valor bruto da produção comercializada. Agroindústria: exceto as agroindústrias de piscicultura, suinocultura, cericultura e carnicultura. Para fins previdenciários, entende-se como agroindústria os produtores rurais pessoa jurídica, cuja atividade econômica seja a industrialização de sua produção própria ou adquirida de terceiros. Neste caso, o valor a ser recolhido é de 2,85% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção. A alíquota destinada ao SENAR é de 0,25% sobre o valor bruto do faturamento. Outros: sistema sindical - Sindicato de Produtores Rurais, Federações patronais e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - prestadores de mão-de-obra rural e agroindústrias de piscicultura, suinocultura, cericultura e carnicultura recolhem sobre a folha de pagamento. A alíquota destinada ao Senar é de 2,5% sobre a folha de pagamento.

4.1 Contextualização Socioeconômica do município de São Geraldo

O município de São Geraldo está localizado na Zona da Mata Mineira, e apresenta limites com Rio Branco, Ervália, Coimbra, Guiricema, Paula Cândido. Está integrado à microrregião de Ubá -MG, distante a 308 km da capital, Belo Horizonte. Seu território corresponde a uma área de 189 km² e sua população total (urbana e rural) é de 7.716 habitantes. De acordo com os resultados preliminares do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, o município de São Geraldo tem, atualmente, uma população equivalente a 7.716 habitantes, sendo que, dentre essa população, a maior parte reside na zona urbana, como podemos ver na tabela seguinte:

TABELA 1 – População do município de São Geraldo - MG, dividido em população residente na zona urbana e zona rural entre os anos de 1960 a 2000.

Situação	Ano					
	1960*	1970	1980	1991	1996	2000
População Total	10.325	9.758	7.521	7.860	7.402	7.716
População Urbana	-	3.589	3.572	3.951	4.504	5.344
População Rural	-	6.169	3.949	3.909	2.898	2.372

Fonte: Publicação do IBGE - * Para o ano de 1960, só existe a informação de população total.

O município conta com 639 propriedades rurais sendo que, destas, 572 são consideradas pequenas propriedades, ou seja, com no máximo 50 ha. Observou-se que muitas dessas pequenas propriedades estão no entorno da sede municipal. A economia do município baseia-se na produção agropecuária e tem o setor agroindustrial voltado para o beneficiamento e transformação de alguns produtos agrícolas e pecuários, como: café, eucalipto, bovinocultura de leite e corte e olericultura.

De acordo com dados do IBGE (2001), a maior parcela do Produto Interno Bruto, a preços correntes, tem suas origens no setor de serviços:

TABELA 2 – Produto Interno Bruto a preços correntes do Município de São Geraldo

Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes				
ANO	AGROPECUÁRIO	INDÚSTRIA	SERVIÇO	TOTALR\$
1996	2.065	3.806	7.632	13.503
1997	2.146	4.180	8.163	14.489
1998	2.334	5.140	8.768	16.242
1999	3.462	5.764	8.960	18.186
2000	3.243	7.463	10.758	21.464

Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP) Centro de Estatística e Informações (CEI)

Diante da tabela acima é importante destacarmos que ter uma visão do rural ou do urbano hierarquizando o montante de cada setor produtivo pode segregar o embricamento existente entre as atividades econômicas em uma "cidade rural". Ao fazermos a justaposição dos dados socioeconômicos de São Geraldo à proposta de José Eli da Veiga (2002), que considera rural um município de pequeno porte, com até 50 mil habitantes e

menos de 80 hab/Km², defendemos a consideração do município de São Geraldo como um município rural. Ao utilizarmos o critério da densidade demográfica como sugere o autor, temos que São Geraldo possui uma área de 189 km², com uma população de 7.716 habitantes, com uma densidade demográfica de aproximadamente 41 hab/km² e com atividades econômicas fortemente entrelaçadas à "cidade" e ao "campo": no município, grande parte das indústrias do estão voltadas para o setor moveleiro, dependente da plantação de eucalipto e outra parte, está ligada a agroindústria de alimentos.

Mas quais as conseqüências de caracterizarmos São Geraldo e também tantos outros pequenos municípios com baixa densidade demográfica e expressiva atividades econômica imbricando o rural e o urbano, como cidades rurais? Estarão corretos os critérios do SENAR que impedem que os moradores da cidade possam participar dos seus cursos? Vejamos, pois, como tem se dado a atuação do SENAR em São Geraldo, nosso próximo tópico.

4.2 A atuação do SENAR em São Geraldo, MG.

Para participar dos cursos do SENAR a exigência é de que o participante seja pequeno produtor rural, sindicalizado, ou assentado, todos maiores de 16 anos⁷. Contudo, a despeito dessa exigência formal do SENAR, o que se observou, de fato, foi que, embora nas fichas de inscrição dos participantes constassem que os inscritos se “enquadravam” no perfil de rural exigido pelo SENAR, muitos deles não se encontravam no espaço rural, e sim dentro do perímetro urbano de São Geraldo, e nem sempre a ocupação desse participante estava de acordo com o descrito na ficha de inscrição enviada para o SENAR. Constatamos, também, que o sindicato dos produtores rurais de São Geraldo não sobrevivia de contribuições advindas das pessoas do “meio rural” e sim de pessoas que viviam na cidade, mas mantinham atividades na “roça”. Na ocasião da pesquisa, o sindicato possuía cento e vinte e três associados que contribuía com R\$50,00 por ano.

“O meio rural, ele é complicado, é complexo! Pra você vê! Tem sindicato rural que tá tudo em decadência...Todos! O daqui? A avaliação que eu faço do sindicato daqui de São Geraldo é que ele vive do meio urbano de São Geraldo! Meio rural? Hoje ficou muito disperso! Classificar o que é meio rural e o que é meio urbano? Fica difícil distinguir uma coisa da outra!” (Fala do mobilizador dos cursos e presidente do sindicato).

O mobilizador, que vive e convive com as pessoas nessa pequena "cidade rural", mostra, assim, uma sensibilidade mais aguçada que a do próprio SENAR, que exclui dos seus cursos os habitantes da sede do município, como se eles não estivessem vinculados às atividades do “meio rural”, mesmo vivendo na cidade. Nesse sentido, o que chama a atenção na fala do mobilizador pode ser explicado por José Graziano da Silva, que propõe que o rural pode ser entendido como um *continuum* do urbano. Para esse autor, está ficando cada vez mais difícil saber a delimitação de fronteiras entre o rural e o urbano, principalmente a partir de uma classificação baseada em atividades econômicas ou até mesmo em hábitos culturais.

⁷ Uma análise mais detalhada a respeito dos objetivos e do perfil exigido para participação nos cursos pode ser encontradas no site: www.SENARminas.org.br.

Para Graziano (1997), esse processo de transformação resultou na integração da agricultura com o resto da economia, não devendo a mesma ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Dessa forma, o rural hoje deve ser entendido como um *continuum* do urbano no sentido espacial; ou seja, as cidades não devem ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem o campo, com a agricultura e a pecuária. É um rural concebido como rurano. Nesse formato, observa-se o surgimento de novas funções e outros tipos de ocupações que agora chamam a atenção pela sua importância no âmbito rural. Esta imagem do *continuum* pode ser percebida, quando analisamos as fichas do sindicato, sobre as atividades e endereço dos cento e vinte e três associados.

TABELA 03 – Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São Geraldo, quanto ao endereço de residência constante na ficha

Sexo	Residentes na rua*	Residentes na roça	Total Geral
M	48	67	115
F	03	05	08
Total	51	72	123

Fonte: Dados da pesquisa.

*Apesar de residirem na rua, todos têm um pedaço de terra entre 1 a 15 ha.

TABELA 04 - Informações da ficha dos contribuintes do sindicato rural de São Geraldo, quanto à ocupação dos residentes na área urbana e rural.

Ocupação	Residentes na rua	Residentes no roça	Total geral
Agricultor	20	32	52
Produtor rural	01	01	02
Comerciante	05	-	05
Pecuarista	04	02	06
Agrônomo	01	-	01
Jardineiro	01	-	01
Trabalhador rural	02	13	15
Agropecuária	06	04	10
Ferrovário	02	-	02
Lavrador	01	14	15
Professora	01	-	01
Industrial	01	-	01
Aposentado	03	-	03
Funcionário público	-	01	01
Carpinteiro	-	01	01
Sem informação	03	04	07
Total	51	72	123

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 04, em particular, deixa clara a idéia de *continuum*, quando mostra que dentre aquelas cinquenta e duas pessoas que se identificam como agricultores, 38,5% é residente na rua e 61,5% é residente na roça. O *continuum* vivido em São Geraldo entre o

rural e o urbano pode ser percebido na Tabela 3, que destaca que 41,5% dos contribuintes do sindicato rural eram moradores da rua. Os dados referentes ao tempo de contribuição sindical também reforçam este indicador não significa diferença entre aqueles residentes na rua e na roça. Nesse item, verificou-se a existência de fichas datadas de 1975 a 2004.

Essa perspectiva de *continuum* está também presente quando analisamos o perfil dos participantes dos cursos do SENAR. Procuramos refletir sobre as “categorias nativas”: roça e rua como “formas de representação do espaço” em São Geraldo, como referências a um espaço que é ao mesmo tempo físico e social, visto que concebido em um processo histórico específico. Na faixa etária mais jovem, com idade entre 15 a 30 anos, encontrava-se 23% dos participantes: os filhos(as) de produtor rural, os empregados(as) e as donas de casa. A maioria residia na rua, ou seja, 60% dos participantes. Essa informação corrobora a discussão que se propôs para este trabalho, relacionada à definição do que seja o rural hoje. Estes dados mostram que a atitude do mobilizador de não impedir os habitantes da rua de fazer os cursos foi coerente com a realidade, pois eles fazem parte da dinâmica rural.

A ocupação dos cursistas do SENAR aponta para uma dinâmica econômica dentro da qual a divisão social do trabalho é bastante diversificada, revelando também um intenso imbricamento entre as atividades da “rua” e da “roça”. Tomando como exemplo, particularmente, as ocupações dos “filhos (as) de produtor rural”, as mesmas revelaram situações ocupacionais de pessoas que estavam ligadas ao comércio e ao setor moveleiro, morando tanto na rua como na roça. Não se pode excluir da dinâmica rural aqueles que residem e/ou trabalham na rua e na roça, visto que estaríamos forçando uma divisão da cidade, não percebendo que nela o “rural urbanizado”, mas diferenciado, é, ao mesmo tempo, a rua e a roça.

Assim, para o mobilizador do SENAR atender a norma da instituição que determina que os participantes do curso devem ser do meio rural é muito difícil porque o caráter pluriativo das pessoas que vivem em São Geraldo não é compatível com esta idealização da instituição de só credenciar para seus cursos, pessoas que vivem da atividade agrícola e em um espaço também concebido como estritamente agrícola. Para o mobilizador, a seleção de pessoas que participarão dos cursos do SENAR deveria acontecer sem se importar se a pessoa é moradora na rua ou na roça. Em outras palavras, nas cidades rurais, tal distinção se faria inadequada, já que se separaria o que na realidade está interligado, ou seja, os habitantes da rua e da roça são habitantes de um espaço *continuum*, a “cidade rural”. Assim, os termos rua e roça são apropriados na linguagem do senso comum, por diferenciarem espaços com características próprias, a rua e a roça, contudo, a caracterização de seus habitantes como da rua ou da roça nega uma dinâmica que pressupõe a interligação desses dois espaços.

O reconhecimento das cidades rurais como combinando atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de manutenção e reprodução social leva-nos a repensar as ações implementadas pelo SENAR, para o espaço rural, através dos cursos que são oferecidos por essa instituição, especialmente os cursos de Formação Profissional Rural⁸ (FPR). Na

⁸ Os cursos oferecidos pelo SENAR que tiveram maior demanda dentro das ações de Formação Profissional Rural (FPR) de acordo com o relatório de atividades do SENAR do ano de 2002, foram os seguintes: Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar; Administração de Associações e Sindicatos Rurais; Administração de Empresas Agro-Silvo-Pastoris; Apicultura; Aplicação de Agrotóxicos; Avicultura Básica; Avicultura de Corte; Bovinocultura de Corte; Bovinocultura de Leite; Cerqueiro; Cultivo de Cogumelos; Comestíveis; Cultivo de Fruteiras Perenes (Uva); Cultivo de Fruteiras Semi-Perenes (Banana); Cultivo de Plantas Industriais (Café); Cultivo de Plantas Industriais (Cana-de-Açúcar); Cultivo de Plantas Medicinais; Cultivo de Plantas Ornamentais; Doma Racional de Equídeos; Equídeocultura; Fabricação Caseira de Melado, Açúcar Mascavo e Rapadura; Fabricação de Aguardente; Floricultura;

nossa compreensão esses cursos estariam voltados para a produção agrícola, dentro de uma perspectiva de concepção do rural como sendo somente agrícola. Há, atualmente, uma ênfase maior em conteúdos técnicos da produção e da produtividade, incidindo de maneira incipiente para os aspectos relacionados à nova dinâmica pluriativa do rural. Isso pode ser evidenciado nos conteúdos dos cursos de agroindústria, por exemplo, que fazem parte da FPR. Por outro lado, não existe uma concepção de turismo dentro da multifuncionalidade da agricultura. De outro lado, a análise das propostas dos cursos oferecidos revela que a perspectiva da multifuncionalidade também não está presente.

Como mencionado anteriormente, a pluriatividade apresenta diferentes significados que variam de acordo com as características de desenvolvimento de cada sociedade. Dessa forma, ora aparece como estratégia de sobrevivência dos “pequenos produtores familiares”, ora aparece como mudança no padrão de exploração agrícola. O fato é que ela pode ser compreendida de diferentes maneiras, em relação à sua função e à sua importância (MATTEI, 1999). Assim, a lógica pluriativa é uma lógica que vislumbra a integração entre várias atividades no meio rural, revelando uma percepção do rural não apenas voltado para a produção, mas, também, para o lazer e para a conservação do meio ambiente.

Alguns depoimentos revelaram que as distâncias entre roça e rua se encurtaram e trouxeram mudanças para as antigas características atribuídas ao típico produtor rural, conforme descrevia a literatura clássica da sociologia rural. Em São Geraldo, o fácil acesso às cidades vizinhas por meio das estradas vicinais, a possibilidade de transporte coletivo através de ônibus disponibilizado pela prefeitura, amenizaram o isolamento em que viviam os antigos moradores da roça. Pode-se dizer que esse crescente aumento na oferta de meios de transporte e a multiplicação de estradas ligando o campo às cidades têm contribuído para diminuir o distanciamento da população rural que ficava longe dos benefícios urbanos.

Nesse sentido, Wanderley (1997) em seu artigo “O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno” faz referência à teoria do *continuum* rural-urbano, tratando das relações campo-cidade. A autora chama a atenção para a vertente que considera o *continuum* rural-urbano como uma relação integradora desses dois pólos. No caso pesquisado por nós, os depoimentos mostraram que as mudanças trazidas no acesso ao consumo, ao transporte, à comunicação, etc., foram influências que diluíram, em grande medida, as diferenças da roça e da rua e constituíram um novo “modo de vida” que serve de referência para as pessoas de uma época, e não de um determinado espaço geográfico.

“A roça de hoje não tem muita diferença da rua não! Nós temos luz, água dentro de casa se quiser, banheiro, geladeira, liquidificador, televisão, antena parabólica... Quando eu era nova e morava com meu pai, antes de casar, as coisas eram difíceis demais, nossa! Mas era bom! A gente gostava daquela vida. Trabalhava assim animado, firme. É o que eu falo com meu filho. Tem que trabalhar igual a mim, desde pequeno,

Fruticultura Básica; Hidroponia; Minhocultura; Olericultura Básica; Operação e Manutenção de Colheitadeiras Automotrizes; Operação e Manutenção de Motosserra; Operação e Manutenção de Ordenhadeira Mecânica; Operação e Manutenção de Sistema de Irrigação Localizada; Operação e Manutenção de Sistemas Convencionais de Irrigação por Aspersão; Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas; Ovinocultura de Corte; Piscicultura; Produção de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados; Produção de Derivados do Leite; Seleiro; Suinocultura; Transformação Caseira de Mandioca; Transformação Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados; Tratamento de Madeiras; Viveiros.

né”? (Produtora rural, moradora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural).

“Eu nasci e fui criada na roça. Depois que eu casei, continuei a morar aqui na roça, mas a gente tinha que ir prá rua a pé. A gente gastava duas horas na estrada para ir à cidade de Rio Branco. Hoje já tem ônibus, nós temos o carro... Nossa senhora, mudou muito! (risada) Não tem nem comparação uai! Melhorou demais! Até a casa da gente é outra! Tem forro, piso, banheiro, luz. Hoje eu não tenho nem vontade de mudar pra rua não. Antes, eu tinha vontade de morar na rua. A única coisa que não tem na roça igual na rua é o divertimento, né? Aqui não tem!” (Dona de casa, moradora na roça. Na ficha de inscrição esposa de produtor rural)

Os depoimentos acima são reveladores de uma aproximação entre a rua e a roça que se deu através do acesso a bens de consumo e a alguns serviços anteriormente restritos aos habitantes da rua. Se observarmos os depoimentos, percebemos que objetos de uso típicos dos habitantes da rua estão hoje presentes na roça, como televisores, antena parabólica, geladeiras, *freezers*, ventiladores, fogão a gás, etc., e o próprio estilo da habitação trouxeram mais conforto aos seus moradores. Muito embora a melhoria dos padrões de consumo possam levar ao pensamento de que o rural esteja passando por um processo de urbanização, é preciso levar em consideração o que dizem Carneiro (2002) e Wanderley (2001), quando chamam atenção para o fato de que essas transformações podem também acontecer dentro de um processo de ressignificação do rural. Desse modo, não se pode tomar esses processos de mudança nos padrões de consumo como sendo um padrão de urbanização. É importante se perceber que há influências do rural no urbano e vice-versa. Pode-se dizer que há um processo de mudança do consumo que se aproxima dos padrões urbanos, mas não devemos nos precipitar em dizer que isso seja a urbanização do rural porque há aspectos culturais que precisam ser considerados. Há situações, inclusive, em que as “coisas da roça” passam a ser mais valorizadas, mais procuradas, por se conceber o rural como mais puro e autêntico que a cidade, como ilustra o depoimento abaixo:

“Você pega um doce caseiro: uma goiabada! É diferente de uma goiabada industrializada! Tem que resgatar essa tradição pelas coisas mais artesanais. Eu não sei se é porque eu fui criado na cidade, eu valorizo muito isso. Valorizo muito. Só não vou te falar que só como desses produtos, eu tenho que comprar o que tem no supermercado mesmo, porque não tem na região, como diz assim esse tipo de produto bem feito lá da roça, não tem. Você já pensou se aqui em São Geraldo se juntasse todas as pessoas que fizeram cursos na área de agroindústria e se fizesse uma associação pequenininha? Eu não precisaria sair daqui de São Geraldo e ir lá em Monte Celeste (distrito) pra buscar uma cachaça boa, ou ir lá no Quebra Galho (propriedade rural) pra buscar um queijo bom, ou eu ter que lá do outro lado da cidade pra buscar uma lingüiça boa... Teria tudo aqui, num ponto só!” (Autônomo, morador na rua).

Na avaliação de Carneiro (1998), houve uma transformação nas noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que já não

correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente, especialmente em algumas regiões. Assim, a ruralidade não pode ser definida com base na oposição à urbanidade, pois o rural e o urbano correspondem a representações sociais sujeitas a reelaborações, de acordo com o universo simbólico em que estão inseridas. Para a autora, a visão dualista, que opunha o rural ao urbano como realidades distintas e de negação uma a outra, associando o rural ao agrícola e atrasado e o urbano ao industrial e moderno, deve ser superada.

É preciso que reconheçamos, portanto, as múltiplas situações que caracterizam os modos de vida da roça e da rua, como modos de vida de uma “cidade rural”: situações de resistência, de recriação ou de transformação. Através das entrevistas e de um olhar mais atento sobre a dinâmica da cidade, constata-se a presença da ruralidade de São Geraldo, identificada através do modo de vida: nas carroças puxadas pelo burro entregando o leite in natura, nos cavaleiros pelas ruas, nas charretes, nos animais pastando nos lotes vazios ou terrenos nos arredores da sede, nas falas das pessoas com ritmo e palavreado próprio, etc.

A constante transformação do território mostra que a agricultura deixa de ser a responsável pela principal atividade econômica tradicional desse meio, dando lugar também a atividades não agrícolas como forma de ocupação e renda. O que se observa é um *revival* da valorização do rural como um território marcado por uma maior relação entre a natureza e as pessoas, uma diversificação das formas de obtenção de renda, maior preservação da biodiversidade, levando ao fortalecimento das manifestações culturais e de outros valores humanos considerados caros à sociedade contemporânea (GROSSI et al, (2002); SCHNEIDER, (1999); CARNEIRO, (2000); KAGEYAMA, (1998); WANDERLEY, (2001)).

Wanderley (2000), quando fala do mundo rural, parece referir-se justamente a um universo socialmente integrado, ou seja, o qual não pode ser concebido como um universo isolado, com lógica exclusiva de funcionamento e reprodução, pois esse universo está inserido na sociedade que o engloba, entretanto, ela destaca seu caráter genuíno em termos das particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria.

Dentro dessa concepção, a mobilização de pessoas para participarem dos cursos do SENAR pode acontecer sem a preocupação de não estar atendendo o perfil exigido, ou seja, não vai importar se é morador na rua ou na roça, pois se trataria de ser somente uma representação cultural. E, em outras palavras, nas cidades rurais, tal distinção se faz inadequada, já que se trata de uma “cidade-rural” e, neste caso, os habitantes da rua ou da roça são habitantes de um mesmo espaço, a “cidade rural”. Os termos rua e roça servem para diferenciar espaços, mas, o modo de vida das pessoas dos dois espaços tem características próprias, mas também semelhantes.

4.3. A resistência dos cursistas face ao higienismo do SENAR

As concepções ideológicas que perpassam os conteúdos dos cursos têm como objetivo a apreensão de um mundo mais racional, científico, que se contrapõe à tradição, às práticas do senso comum. O discurso da higienização, por exemplo, que perpassa todos os conteúdos técnicos, é construído dentro de uma concepção de mundo que se observa dentro de um modelo de padrão de urbanização e que se solidifica com a revolução industrial. Nesse contexto, a higiene passa a ser uma forma de educar trabalhadores do meio rural que não tinham uma padronização, a se padronizarem, a adotarem um novo modelo. A fábrica é um momento em que esse discurso da educação do corpo, da higiene, visa a “construção de um corpo” para o capital. Percebe-se, nos padrões de higiene exigidos, uma carga

ideológica muito forte, dentro da qual se busca conformar o estilo de vida e o próprio corpo dentro da ética e da lógica do mundo burguês: ‘o corpo deve ser sadio e limpo’.

Os conteúdos de higiene repassados pelo curso do SENAR estão focados dentro desses critérios burgueses de limpeza. Mas o que é considerado limpo? Nos depoimentos, muitas vezes, para os cursistas, o fato de terem lavado as mãos, varrer o piso e lavar os utensílios poderia ser considerado limpo. Todos os participantes do curso ressaltaram que foi importante aprender sobre a prática de higienização completa, (higienizar e sanitizar) conforme tratou o curso. No entanto, 85% dos cursistas não aplicariam esses conhecimentos conforme lhes foram repassados, para utilização no consumo da própria família.

“Ah, eu faço é assim! E é assim que tem que ser! (risadas). Porque se a gente faz um doce, a gente faz com certa higiene, mas não segue nada daquilo que viu no curso. Mas a gente agora já tem o conhecimento do que se deve fazer. E o destino de tudo o que eu faço, é para consumo familiar mesmo!” (Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição produtora rural).

Todos os entrevistados foram unânimes em ressaltar a questão da higiene como marcante no curso do SENAR. Para Tedesco et al. (1998), tal comportamento se explica porque o *ethos* rural permanece, ou seja, vai sempre existir como referência do “homem do campo”, através das representações inseridas, produzidas e emitidas sobre o vivido, sobre a realidade social na qual o homem do campo está inserido, socializado e onde define seu comportamento. Esse *ethos* diz respeito a uma sabedoria implícita no domínio das informações sociais e mentais que são operacionais e adquiridas ao longo da experiência da vida. Nesse sentido, como demonstrado por Woortmann (1995), o “saber fazer” do camponês pode constituir um modelo de apreensão do mundo, apresentando coerência interna; um *Know how* onde os pressupostos são dominados cognitivamente pelo camponês. Já as premissas do pacote tecnológico, onde o saber é compartimentado estão fora do seu domínio cognitivo. No entanto, se o modo de produção do camponês é subordinado, o saber não o é, ou seja, ele é portador de uma cultura e de um saber que Gramsci designou como portador de uma autonomia relativa. A partir dessas considerações sobre o “saber fazer” do produtor rural, é importante compreender seu universo simbólico e material, dentro do qual se constrói a sua lógica de produção.

Nas atividades de produção de alimentos como doces, queijos e defumados, os depoentes declararam que empregavam tecnologias tradicionais (produtos caseiros), e que não levavam ‘tão em conta’ a higiene dos equipamentos e das embalagens etc. No entanto, eles sabiam que esses produtos não eram aceitos por consumidores de melhor renda, atendendo somente àqueles consumidores que, segundo eles, ‘não ligavam muito para essa coisa de higiene’. O que chama a atenção é que a questão da higiene é apresentada aos participantes do curso do SENAR tendo a conotação de uma “outra” lógica produtiva e de consumo diferente da deles e de seu público consumidor. Isso porque a produção para o consumo familiar não precisa ‘daquela higiene toda’, de acordo com alguns depoimentos.

“Tem coisa, tem produto assim que você olha, que está sujo. Dá pra notar que não tá bom. Mas, antes do curso, eu não notava isso não! Eu nem sabia que era importante, né? Conhecer a higiene do curral, das pessoas, né? Agora eu dou valor, né? Que é coisa de qualidade, né? É

engraçado que meu marido, meus filhos vão muito na roça ver o avô deles fazer queijo e ninguém nunca ligou pra isso não! É o jeito do povo da roça fazer, né?”(Dona de casa, moradora na rua. Na ficha de inscrição, esposa de produtor rural).

Assim, ao analisarmos o modo de vida dos cursistas do SENAR, no que diz respeito às suas práticas econômicas é importante que não as tomemos simplesmente como conservadoras e tradicionais, mas, antes, percebendo-as como expressando uma racionalidade compatível com as suas condições materiais de existência e com as demandas do seu público consumidor. Ou seja, é preciso que olhemos a cultura dos cursistas como não sendo estanque, cristalizada, mas, como capaz de se modificar e adaptar-se às mudanças sociais e ambientais. Desta forma, se suas práticas continuam existindo e encontrando um público consumidor para os seus produtos é porque ela vem tendo esta capacidade de se auto-regular. Neste sentido, para que as instituições de capacitação técnica possam obter êxito em potencializar os conhecimentos detidos pelos cursistas é necessário que tais instituições compreendam a racionalidade implícita em tais práticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa revelou os entraves ao desenvolvimento local que estão presentes no modelo de capacitação do SENAR, o qual separa as pessoas de uma cidade pequena, como se elas fossem pertencentes a um domínio territorial -urbano ou rural- não percebendo-as como parte de um todo - a cidade rural. Muitas pessoas inscritas nos cursos do SENAR que exerciam atividades que se “enquadravam” no perfil de rural exigido pela instituição, não se encontravam no que o SENAR entendia como espaço rural e que também as atividades desenvolvidas pelos cursistas, fosse ele morador da roça ou da rua, não estavam restritas a um ou outro domínio.

A pesquisa mostrou ainda que são reais as dificuldades para os participantes dos cursos quando da tentativa de colocar em prática os ensinamentos veiculados. O produtor rural é portador de um saber próprio, saber que não apenas orienta suas práticas rotineiras, mas que contextualiza de forma diferenciada as pressões externas. Esse produtor que tem saber próprio redefine em seus próprios termos as inovações passadas nos cursos a partir do seu próprio sistema cognitivo. A racionalidade burguesa por ser a hegemônica em nossa sociedade não é a única. Assim, o SENAR deve se preocupar também em desenvolver metodologias participativas que coloquem seus instrutores mais na condição de “facilitadores de processos” do que vendedores de pacotes e receitas padronizadas. Ou seja, introduzir junto aos participantes dos cursos metodologias participativas que agreguem também uma concepção diferenciada, onde o enfoque produtivista possa ser substituído por um enfoque mais político, fundamentado na mudança de comportamento dos participantes dos cursos. Nesse sentido, possa promover uma mobilização das estruturas locais (não segmentando rua e roça, como no caso de cidades rurais como São Geraldo), na busca da auto-gestão, delimitando suas ações pelas decisões autônomas dos participantes dos cursos como um todo. É importante que o SENAR tenha como principal foco as experiências de seus cursistas com seus costumes e suas crenças, fazendo uma análise crítica e construtiva dos seus cursos. Concluindo, esse é um processo a ser criado pela instituição SENAR, juntamente com seus técnicos, instrutores, mobilizadores e cursistas, objetivando a construção da cidadania, de modo que os participantes dos seus cursos possam perceber e defender os seus interesses de forma mais ativa.



6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLANCO, Enrique Sérgio. **O Turismo Rural em Áreas de Agricultura Familiar: As “Novas Ruralidades” e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Local.** Caderno Virtual de Turismo. RJ. 2004. Disponível em: <http://www.net/caderno/blanco>. Acesso em: 12 de dez. 2004.

BLUME, Roni. **Território e Ruralidade: A Desmistificação do Fim do Rural.** UFRG – FCE – PGDR, Porto Alegre – RS – 2004, Dissertação de mestrado disponível em: www.ufrg.br/pgdr/dissertações/mestrado.

BRASIL. **Leis, Decretos. Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em: <http://www.senar.br>. Acesso em: 09, jan. 2003.

BRASIL. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). **Missão, princípios e diretrizes. Brasília:** Série Metodológica, no. 1, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 11, 1998.

CARNEIRO, Maria.José. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 228p. 2000. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa.** In: MOREIRA, R. J. (org.) & COSTA, F. C. Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p.223-240.

GROSSI, Mário. E. D., SILVA, J. G. **O novo rural: uma abordagem ilustrada.** Instituto Agrônomo do Paraná, Londrina-PR, 2002.

KAGEYAMA, Ângela. **Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36., 1998, Poços de Caldas. Anais... Brasília: SOBER, 1998. 1 CD-ROM.

MATTEI, Lauro. **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina.** Tese de Doutorado. Campinas; 1999.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade: problemas de definições em escala européia.** Programa de seminários INEA sobre – Desenvolvimento nas Áreas Rurais – Métodos de análise e políticas de intervenção – Roma, 30 de outubro de 1996, Disponível em: www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html.



SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 205 p.

SILVA, J.G. da. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1. p.43-81, maio 1997.

SILVA, J.G. da.e DEL GROSSI, M.; **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995.** Estudos: sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p.26-52, out. 1999.

TEDESCO, J. C. **Produtor Familiar e agroindústria.** Porto Alegre, 1998. Dissertação de Mestrado -Ufrgs.Disponível em: www.teses.ufsc.br Acesso em: 16 de fev. 2004

VEIGA, José. Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas o "rural" como espaço singular e coletivo.** In: Estudos, Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, nº 15 (87-145), outubro de 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade:** Relação entre a pequena cidade e o mundo rural e estudos preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco; Recife: UFPE. 2001. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>.

WANDERLEY, M. N. B. **O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno.** In: Resumo dos Anais do 35º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: O público e o privado na agricultura brasileira, Natal, 1997. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1997.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres.** Brasília: Hucitec/EdUnB, 1995.